



Por outra Educação Financeira: uma discussão sobre Raça, Educação Matemática e Currículo

Tamires Torres da Purificação¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Cleber Dias da Costa Neto²

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

RESUMO

A partir de uma discussão sobre o conceito de Raça e Currículo no contexto da Educação Matemática, o presente artigo tem como objetivo propor uma Educação Financeira constituída sobre outros pilares. Para isso, tendo como ponto de partida a estrutura racial brasileira e considerando os atravessamentos neoliberais da Educação Financeira ensinada na escola, visibilizamos movimentos de auto-organização financeira negra realizados ao longo da história brasileira. Esses movimentos são ações políticas, conscientes ou não, de organização pessoal ou coletiva realizadas por pessoas negras que foram escravizadas ou que nasceram livres, tendo seus ascendentes escravizados. Entendemos que tal olhar é fundamental para a desconstrução das desigualdades sociais e cumprimento da Lei 10639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira. Portanto, as experiências que apresentamos aqui, narradas pelas vozes negras e também pela historiografia, não se constituem apenas como inspiradoras, mas como alicerce para uma Educação Financeira Antirracista que se interessa pelos fazeres cotidianos, pelas necessidades reais da população brasileira e pelos projetos de vida de pessoas negras e periféricas.

Palavras-chave: Educação Financeira; Antirracismo; Educação Matemática; Currículo.

For other Financial Education: a discussion about Race, Mathematics Education and Curriculum

ABSTRACT

Based on a discussion about the concept of Race and Curriculum in the context of Mathematics Education, this article aims to propose financial education built on other pillars. To this end, taking the Brazilian racial structure as a starting point and considering the neoliberal crossings of financial education taught at school, we visualize movements of black financial self-organization carried out throughout Brazilian history. These movements are political actions, conscious or not, of personal or collective organization carried out by black people who were enslaved or who were born free, having their ancestors enslaved. We understand that such a view is fundamental for the deconstruction of social inequalities and compliance with Law 10639/03, which deals with the mandatory teaching of Afro-Brazilian history and culture. Therefore, the experiences we present here, narrated by black voices and also by historiography, are not only inspiring, but as a foundation for anti-racist financial education that is interested in everyday activities, the real needs of the Brazilian population and life projects of black and peripheral people.

¹Submetido em: 01/06/2024

Aceito em: 14/06/2024

Publicado em: 21/06/2024

¹ Mestra em Ensino da Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3731-3460>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6977085571634743>. E-mail: tamystorres@hotmail.com.

² Doutor em Ensino e História da Matemática e da Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7801-8591>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5791177099252723>. E-mail: cleberneto@gmail.com.

Keywords: Financial education; Anti-racism; Mathematics Education; Curriculum.

Por outra Educação Financeira: uma discussão sobre Raça, Educação Matemática y Currículo.

RESUMEN

A partir de una discusión sobre el concepto de Raça y Currículo en el contexto de la Educación Matemática, este artículo tiene como objetivo proponer una educación financiera construida sobre otros pilares. Para ello, tomando como punto de partida la estructura racial brasileña y considerando los cruces neoliberales de la educación financiera enseñados en la escuela, visualizamos movimientos de autoorganización financiera negra llevados a cabo a lo largo de la historia brasileña. Estos movimientos son acciones políticas, conscientes o no, de organización personal o colectiva llevadas a cabo por personas negras que fueron esclavizadas o que nacieron libres teniendo a sus antepasados esclavizados. Entendemos que tal visión es fundamental para la deconstrucción de las desigualdades sociales y el cumplimiento de la Ley 10639/03, que trata de la enseñanza obligatoria de la historia y la cultura afrobrasileña. Por lo tanto, las experiencias que aquí presentamos, narradas por voces negras y también por la historiografía, no sólo son inspiradoras, sino como fundamento para una educación financiera antirracista que se interesa por las actividades cotidianas, las necesidades reales de la población brasileña y los proyectos de vida de gente negra y periférica.

Palabras clave: Educación financiera; Anti racismo; Educación Matemática; Plan de estudios.

INTRODUÇÃO

O ponto de partida dessa discussão teórica é o reconhecimento da existência do Racismo Estrutural no Brasil, conforme discute Almeida (2019), visto que uma fala recorrente é que *“no Brasil, não existe racismo”*. Consideramos que tal frase possa ter sido um disparador para que avançássemos neste trabalho³, não necessariamente pela frequência de enunciação da mesma. Mas, sim, porque ecoou nos ouvidos da primeira autora deste artigo por algumas semanas, após ter sido proferida pelo então vice-presidente do Brasil, Hamilton Mourão, durante uma entrevista, no dia 20 de novembro de 2020 – dia da Consciência Negra, quando questionado sobre mais um caso de racismo, ocorrido no dia anterior, que levou a óbito um homem negro, que fora espancado por seguranças em um supermercado em Porto Alegre - RS. Porém, segundo o mesmo representante político, *“racismo é coisa que querem importar para o Brasil”*, conforme arrematou a entrevista daquele mesmo dia.

Essas ideias são reproduzidas e frequentes em nosso cotidiano, inclusive no contexto escolar e, conseqüentemente, também na sala de aula de Matemática, visto que ainda existe um imaginário de paraíso racial no Brasil (Guimarães, 2002) que organiza as relações sociais brasileiras e normaliza os contextos de desigualdades, associando suas causas a um raso discurso meritocrático. Nesse sentido, discutimos, inicialmente, neste artigo os conceitos de raça, racialismo e racismo, a fim de possibilitar elementos teóricos acerca da construção de

³ Este trabalho foi realizado no contexto da elaboração da dissertação de mestrado da primeira autora, com supervisão do segundo autor.

ambientes que promovam o antirracismo em práticas escolares, como contraposição aos discursos que associam, por exemplo, o sucesso escolar ao mérito ou as características fenotípicas de indivíduos às possibilidades de consumo. Posteriormente, avançamos no debate sobre a educação para as relações étnico-raciais na Educação Matemática e discutimos a Educação Financeira, no contexto do Currículo, a partir do questionamento de sua perspectiva neoliberal hegemônica. Por fim, apresentamos caminhos para pensar uma Educação Financeira Antirracista através da visibilização de movimentos de auto-organização financeira negra e, conseqüente, (re)construção de identidades negras forjadas no senso de coletividade.

Dessa forma, diante das raízes culturais brasileiras, originadas em um processo de desumanização de indivíduos africanos e indígenas, almejamos colaborar para que pesquisadoras/es, professoras/es e estudantes promovam, respectivamente, práticas de pesquisa, pedagógicas e financeiras que considerem as ações econômicas de pessoas subalternizadas como elementos centrais para a construção de nossa sociedade, efetivando assim uma Educação Financeira em acordo com a Lei 10639/03. Destacamos, ainda, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), propõe um ensino horizontal de Educação Financeira, considerando o tema como *contemporâneo e transversal* que deve ser abordado como competência para desenvolver habilidades pelas diversas áreas do conhecimento (Brasil, 2017).

COMPREENDENDO A ESTRUTURA RACIAL BRASILEIRA

Entendemos que a falácia da afirmação de que “*no Brasil, não há racismo*” e a frequência de sua enunciação são utilizadas, por muitos, com o intuito de fazer com que algo que existe (e muito!) deixe de existir. Nesse sentido, até mesmo argumentos acadêmicos já foram utilizados, sendo refutados por diversos cientistas que têm se dedicado, ao longo da história, na produção de teorias que investigam e classificam o racismo como parte constituinte da humanidade, que emerge com o colonialismo e caminha junto com a modernidade conforme aponta Walter Mignolo (2015). Com isso, há que se refletir como os espaços de poder na sociedade e nas diversas áreas do conhecimento se organizam, a começar por perceber quem são os sujeitos e o lugar que ocupam. Quem tem direito à humanidade e que humanidade é essa?

A desumanização de habitantes não europeus do globo foi necessária para justificar o controle de tais “seres humanos inferiores”. Racismo como o

conhecemos hoje foi estabelecido àquela época. Racismo não é biológico, mas sim epistêmico; é a classificação e a hierarquização de umas pessoas por outras que controlam a produção do conhecimento, que estão em posição de atribuir credibilidade a tal classificação e hierarquização e que estabelecem a si mesmas como o padrão: “os humanos” – todos os demais são apenas diferentes graus de quase ou semi-humanos. (Mignolo, 2015, p.383-384)

Nesse sentido, há que se compreender que, apesar de se relacionarem, as diferenças entre os termos Raça, Racialismo e Racismo devem ser demarcadas. A ideia de “Raça”, foi constituída para hierarquizar, possuir e desqualificar corpos e povos, com objetivo de dominação e escravização. Isto que Fanon (2008) chama de “zona do não-ser”, que seria exatamente o não-lugar, o lugar dos indivíduos que foram inferiorizados a fim da exploração. Já Amílcar Pereira (2013) dialoga com outros autores, como Stuart Hall (2003), para também abordar a ideia de Raça:

Para Stuart Hall: Raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo.” (Hall, 2003:69). E é justamente com o objetivo de combater esse racismo, construído social e historicamente, e também as suas consequências, que surgiram, em diferentes períodos da história recente, movimentos negros em diversas partes do mundo. (Pereira, 2013, p. 36)

Essa racialização aproximou o povo negro, sendo instrumento de resistência desde o período da escravização. Já o “Racialismo” pode ser considerado como a classificação em categorias por semelhanças físicas e culturais, possibilitando a ressignificação da ideia de raça que desqualificava diversos povos. No Brasil, o movimento negro, desde o período pós-colonial, reconstruiu o conceito de negritude, o que possibilitou ser bandeira de luta contra toda herança colonial e de resistência contra o racismo.

A ideia de superioridade de uma raça em detrimento de outra – a raça branca ser superior à raça negra e, sobretudo, à indígena – desencadeou em teorias científicas que tentavam comprovar (de início), biologicamente, tal superioridade: “o conceito de raça, tal como utilizado então, permitia aos auto-denominados arianos definirem-se como membros de uma aristocracia natural, destinada a dominar todos os outros” (Pereira, 2013, p.43). Além disso, por exemplo, o próprio darwinismo social, fomentado principalmente por Herbert Spencer (1820-1893), baseado na teoria de Charles Darwin (1809-1882) sobre seleção natural, foi utilizado “para explicar a evolução, para legitimar a superioridade da raça branca, defendendo vigorosamente a ideia de progresso e de hierarquia racial” (idem, p.43).

Entendemos essas ideias coloniais como “teorias raciais modernas europeias e norte-americanas que se consolidaram no século XIX e alimentaram o desenvolvimento dos

racismos no Brasil e no mundo” (Pereira, 2013, p.35). Sendo assim, “o Brasil é parte da modernidade inventada no processo de constituir a si mesma como modernidade” (Mignolo, 2016, p.2) e foi palco de teorias eugenistas durante o processo de construção da identidade nacional, visto que as pessoas que constituíam o “povo brasileiro” eram, em sua maioria, justamente as pessoas negras e indígenas, consideradas até então, raças inferiores.

Nesse contexto, existiu um movimento científico-político de embranquecimento da população brasileira, pois acreditava-se que para a nação atingir uma superioridade e ser modernizada, sua população precisava ser clareada. Para isso, houve um investimento em imigração europeia. Autores como Carlos Vainer (1990), George Andrews (1998) e Maria Aparecida Bento (2002), abordam em seus trabalhos sobre esse processo de imigração promovido pelo Estado Brasileiro que objetivava cumprir a política de embranquecimento da nação. Além disso, eram ações garantidas constitucionalmente que enfatizavam sobre a proibição de imigrantes da África e da Ásia, justamente por esse imaginário de inferiorização que era projetado sobre tais povos, enquanto que a chegada dos europeus era exaltada. Essas perspectivas eugenistas se dividiam entre nomes como os de João Batista de Lacerda (1846-1915), Sylvio Romero (1851-1914), Oliveira Vianna (1883- 1951) e Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), que eram “homens de *sciência* brasileiros” da época e formularam sobre a ideia do branqueamento. Destes, os três primeiros, considerados otimistas, acreditavam que a mestiçagem levaria à degeneração das raças inferiores. Enquanto que Raimundo Nina Rodrigues, considerado pessimista, acreditava que a miscigenação era inevitável, mas que formaria um povo inferior, em comparação com os europeus, por terem “sangue negro” na genética (Pereira, 2013).

A expectativa desses eugenistas era de que em três gerações a raça negra fosse extinta da população brasileira. Contudo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a população brasileira é formada por 55,5% de autodeclarados negros (pretos e pardos). Sem dúvidas, o movimento negro foi fundamental nesse processo, pois nesse período de implementação das leis eugenistas, diversos militantes atuaram e debateram sobre esse projeto nacional que estava sendo imposto. Segundo Pereira (2013), em junho de 1933, na primeira página do jornal *A Voz da Raça* nº 12, foi publicado um artigo intitulado “A afirmação de Raça” pelo então presidente da Frente Negra Brasileira (FNB), Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978) que questionava sobre o processo de imigração promovido pelos governantes da época. Além disso, O Teatro Experimental do

Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro por Abdias do Nascimento, em 1944, também foi fundamental contra o racismo da época. Assim, outra dimensão, segundo Kabengele Munanga (1999), foi surgindo em torno das discussões para a construção da identidade nacional brasileira, além das ideias de branqueamento. Para ele, Oliveira Vianna (1883-1951), um “estudioso” que acreditava na mestiçagem, descreveu o “que viria a gerar ecos no futuro: a igualdade e a harmonia existente entre todos os segmentos étnico-raciais da sociedade brasileira” (Pereira, 2013, p. 54), pois no Brasil todos, independentemente da cor, tinham as mesmas oportunidades sociais, econômicas e políticas para trabalharem desde a lavoura às mais altas profissões.

Segundo Antônio Guimarães (2002), com a democratização do país em 1945, diante da instituição da 2ª República e em meio aos questionamentos proporcionados pelas organizações negras da época, foram surgindo debates que viriam a transformar as teorias eugenistas em diálogos para trazer à tona a contribuição da cultura negra na formação do Brasil. Assim, o Brasil passou a ser conhecido internacionalmente como um lugar de paraíso racial, mascarando as mazelas do racismo e da desigualdade, pela ideia de democracia étnica, propagada significativamente por autores como Gilberto Freyre (1900-1987). Porém, Guimarães (2002) nos diz que:

a vulgarização do conceito de “cultura”, cunhado pelas ciências sociais, em detrimento do conceito biológico de “raça”, será a de negar o caráter irreversível da inferioridade intelectual, moral e psicológica dos negros. Não o de negar tal inferioridade, senão de transferi-la para o plano da cultura, tornando-a passageira e reversível. Ao nível do senso comum, a desmoralização da idéia de raça não significará o fim imediato dos estereótipos que atingiam a população negra - estes se manterão razoavelmente intactos, perdendo talvez o seu caráter de imutabilidade -; representará, isto sim, uma arma poderosa de incorporação dos mestiços – mulatos, pardos, principalmente morenos – aos espaços econômico, simbólico e ideológico da nação (incluindo aí a reivindicação de direitos civis e sociais). (p. 36)

Essa é uma descrição do que se constituiu e o que se apresenta sobre o imaginário racial brasileiro. Os discursos de negação do racismo são fundamentados, ainda que informalmente, nessas ideias de igualdade e liberdade racial, classificando quem realiza algum feito como honra ao mérito e escondendo ou relativizando os casos discriminatórios de racismo que se expressam, por exemplo, nas violências física e psicológica, mas que se expandem ao que Silvio Almeida (2019) chama de Racismo Estrutural. Pois, segundo ele:

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é

das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (Almeida, 2019, p. 52-53)

Percebe-se, diante da descrição dos aspectos sobre a formação da identidade racial brasileira, como essa construção da ideia de raça produziu contextos fundamentais para a concepção mascarada que tem se relacionado aos pensamentos que conduzem uma certa individualização de processos de conquistas sociais, sem relacionar aos contrastes de desigualdade. Além disso, há uma normalização de quais fenótipos estão associados ao poder e quais não. Lourenço Cardoso (2011) diz que a Branquitude não se vê como categoria de grupo racial por fazer uma espécie de neutralidade racial, que se associa a saberes, poderes e lugares sociais. Nessa concepção, somente as pessoas não-brancas estariam situadas no lugar do outro, sendo objeto de pesquisa e de intervenção social, por serem naturalmente inferiores.

Com isso, fica evidente sobre como o racismo é construtor essencial das desigualdades sociais e como perpassa por toda estrutura que organiza pensamentos, corpos e comportamentos dos diversos brasileiros. Diante desse contexto, na seguinte seção, será discorrido sobre como esses aspectos se relacionam com a Educação Matemática enquanto campo de pesquisa, sobretudo na Educação Financeira.

INTERSECÇÕES COM A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E COM O CURRÍCULO

Como dito na seção anterior, o racismo estrutura as relações sociais no Brasil. Nesse sentido, ao pensar a Educação Matemática como campo de pesquisa, inserida nesse contexto, verificam-se algumas questões a serem discutidas. A começar pelas seguintes reflexões: *Como a ideia de raça, e conseqüentemente, o racialismo e o racismo estão presentes na área da Educação Matemática? Como as produções da área direcionam a Educação para as Relações Étnico-Raciais no contexto das práticas escolares em matemática? Como aspectos e questões da Educação para as Relações Étnico-Raciais se relacionam com os currículos de matemática?*

A Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) institui a obrigatoriedade, destacando a importância da valorização da história da cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica brasileira, uma vez que os conhecimentos dos povos africanos e indígenas em

contexto de resistência às explorações constituem nosso país. Porém, ainda há uma resistência em relação à efetivação da lei no campo do ensino da matemática, visto que a Matemática é atravessada pelos discursos hegemônicos, herança das concepções dos colonizadores, que colocam a disciplina escolar em um lugar determinista e imutável, negando o fato de que na verdade ela é um produto cultural e político. Tal percepção vem sendo debatida e denunciada em alguns trabalhos em nível de pós-graduação que abordam o contexto da educação básica ou a formação de professores de matemática, como o de Washington Reis (2024).

Em outro caminho, Ole Skovsmose e Paola Valero (2002) e Cláudia Duarte (2012) já discutiam a ideia de neutralidade e universalidade da Matemática, desconstruindo tal pensamento, que ainda é forte, no qual a disciplina é entendida como a rainha das ciências, não se relacionando com questões sociais, nem políticas, pois é composta de fórmulas, teoremas e demonstrações. Tal concepção é chamada por Marcelo Borba (2001) de ideologia da certeza, relacionando a existência da ideia de uma linguagem de poder acerca da disciplina, que a isenta de participar de determinadas discussões, pois falsamente acredita-se que os números são suficientes para traduzirem uma realidade, sem questioná-la.

No contexto de nosso trabalho, esse cenário se evidencia na abordagem da Matemática Financeira restrita a trabalhar conteúdos matemáticos, sem se relacionar com a Educação Financeira, que além dos números, deve levar em consideração diversos fatores da vida real dos envolvidos. Com isso, tal abordagem se distancia, por exemplo, do que Ana Monteiro (2001) indica como *currículo oculto* – aquele que vem junto com o estudante, que diz respeito às subjetividades, as vivências e a cultura que carregam consigo e que se somam ao *currículo formal*, o previsto pelas legislações e pelos planos políticos pedagógicos, além do currículo como de fato é, o currículo com suas modificações, adaptadas às realidades de cada classe.

A desconstrução dessas barreiras epistêmicas ainda é emergente e, por muitas vezes, o pouco que ocorre de abordagem étnico-racial vai em sentido diferente do que é preconizado na lei. Porém, é importante demarcar que a *Etnomatemática*, como dimensão epistemológica, política e educacional, desde que foi instituída por Ubiratan D'Ambrósio (1932 - 2021) como metodologia e linha de pesquisa do campo, tem proporcionado pesquisas que valorizam as sabedorias não-hegemônicas, como as produzidas e vivenciadas pelas pessoas negras. Nesse sentido, Cristiane Oliveira (2015) fez um levantamento de alguns trabalhos que relacionam a Educação Matemática com as relações étnico-raciais, apontando

a existência de alguns que relacionam a *etnomatemática* com a lei 10.639/2003, que, mesmo em número reduzido, mostram a importância de trazer a temática para o campo.

Nesse intuito, entendemos a necessidade de aprofundar a discussão, em outros trabalhos, sobre como a Raça intersecciona a Educação Matemática e os Currículos de Matemática, especificamente ao racializarmos o olhar em relação ao discurso neutro sobre os campos de pesquisa. A nosso ver, a ideia da neutralidade matemática se combina com o mito da democracia racial, uma vez que as ideias de que “somos todos iguais”, de que a “Matemática é neutra” e de que a “branquitude é invisível” (Cardoso, 2011) levam à normalização da ausência de pessoas negras em determinados espaços, sendo minoria nos ambientes acadêmicos matemáticos, e reforçam a lógica do fracasso escolar associado às crianças negras (Carvalho, 2004). Compreendemos que essa ideia precisa ser transformada e, para isso, propomos outras matemáticas. Aqui, especificamente, outra Educação Financeira nas escolas.

Assim, discutir o Antirracismo na Educação Matemática é fundamental para desnaturalizar esses cenários de desigualdade, a começar pela percepção de como o racismo estrutural atua no campo e nas relações entre os sujeitos envolvidos. Cardoso (2011) discute ainda como a branquitude, quando racializada, não se visualiza em um lugar de privilégio e prestígio social. Com isso, para prosseguirmos com essas discussões e realizá-las de maneira profunda, avançaremos para o debate acerca de uma *Educação Financeira Antirracista*, mas não sem antes apresentarmos de maneira crítica a perspectiva hegemônica neoliberal da Educação Financeira que hoje habita as escolas.

RAÇA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA SOB A PERSPECTIVA NEOLIBERAL

Algumas ideias do senso comum ligadas à Educação Financeira carregam uma concepção de que no Brasil (e no mundo, para alguns) as pessoas não sabem se organizar financeiramente. Mas o que é ser educado financeiramente? De fato, dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, PEIC 2021, mostram que 72,9% dos brasileiros estão endividados (Lisboa, 2021). Seria um reflexo dessa não organização financeira? Conjecturamos que não seja só por isso, visto que dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, no segundo trimestre de 2021, 14,4 milhões de brasileiros estavam desempregados (IBGE, 2021).

Além disso, dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) de 2019 mostraram a diferença nas taxas de desemprego por raça. Segundo a pesquisa, os pretos

representavam 16% e os pardos 14,5%, ambos acima da média nacional (12,7%), correspondente ao primeiro trimestre daquele ano. Enquanto entre os autodeclarados brancos, 10,2% estavam desempregados (Sakamoto, 2019). Sílvia Almeida (2019) destaca que é necessário olhar para as desigualdades com vistas sobre como o racismo estrutural organiza essas relações sociais e econômicas que são hierarquizadas e naturalizadas. Segundo ele, a teoria econômica do capital humano acredita que:

Branco e negro são desigualmente produtivos porque a discriminação histórica contra os negros criou um passivo educacional que realmente faz dos brancos detentores de um capital humano diferenciado. Assim, a justificativa da discriminação pela propensão a discriminar é insuficiente, já que o problema da desigualdade salarial residiria na baixa qualidade das escolas, na discriminação em relação ao nível educacional e, por fim, à discriminação racial. (ALMEIDA, 2019, p. 98-99)

Nessa visão, segundo o autor, há uma individualização do racismo, deslocado para um lugar de responsabilidade do comportamento, isto é, uma pessoa sofre discriminação no trabalho, está desempregada ou recebe baixo salário porque ela não fez o suficiente para sair disso, visto que “a desigualdade é eticamente justificável desde que fundada sob o mérito individual” (Almeida, 2019, p. 99). Além disso, ele diz que essa concepção “alude ao ideal de um ambiente meritocrático, em que os indivíduos possam empreender livremente e concorrer entre si” (idem, p, 99). Mas essa ideia reforça o ciclo de preconceitos e sobretudo desconsidera o processo histórico em que o racismo se fundou e que precisa ser quebrado. Mais ainda, Almeida (2019) diz que:

O racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, onde em geral se instalou uma lógica colonialista. O racismo, certamente, não é estranho à expansão colonial e à violência dos processos de acumulação primitiva de capital que liberam os elementos constitutivos da sociedade capitalista. (Almeida, 2019, p. 106-107)

Nesse sentido, observamos que há, no contexto educacional, uma sustentação da Educação Financeira a partir do neoliberalismo que ignora esses cenários de desigualdade. Ou seja, é promovida através da responsabilização dos indivíduos acerca de assuntos econômicos, o que, segundo Karla Saraiva (2017), é “produzir sujeitos capazes de uma boa adaptação ao capitalismo financeiro” (p. 169). Segundo ela, há uma manutenção do sistema capitalista para dizer a uma pessoa que: se ela sabe se organizar financeiramente, então a

renda que ela ganha é suficiente. Assim, conseqüentemente não precisaria questionar o sistema.

Em consonância, Reginaldo Britto et al (2014) chamam de financeirização da Educação Financeira as iniciativas da sociedade de consumo, em que há, segundo eles, um processo de legitimação da Educação Financeira, em que “trabalhadores são mantidos com baixos salários e os investimentos em sua qualificação tem o objetivo de adequá-los às necessidades do mercado” (p. 199) através de asserções como a do capital trabalho. Nesse sentido, alguns “discursos envolvem o entendimento da Educação Financeira como prática capaz de favorecer ao capital valendo-se de sua apropriação da força de trabalho, ou seja, prescrevem como forma de interferência na relação capital trabalho” (idem, p. 203). Isentando, assim, a responsabilidade do Estado diante das situações de desigualdade, já que nessa perspectiva, o problema é o que as pessoas não sabem sobre Educação Financeira e, com isso, precisam aprender para viverem bem com aquilo que possuem.

Dito isso, fica evidente que essas perspectivas neoliberais de Educação Financeira, reforçam as desigualdades sociais, sobretudo as raciais, que se relacionam diretamente com os contrastes da distribuição de renda. Sendo assim, apostamos em uma Educação Financeira que seja proposta na contramão dessa que individualiza as responsabilidades econômicas. Isto é, queremos pensar em uma Educação Financeira que traga uma análise crítica às propostas reducionistas e neoliberais financeiras e que, principalmente, se aproxime da realidade das pessoas envolvidas no ensino, dando ênfase ao que elas realizam e produzem dentro das suas possibilidades. Pois, a forma que já lidam com o dinheiro e as finanças, ainda que sejam movimentações de sobrevivência, podem ser vistas sob perspectivas de existência e não somente de ausência ou falta. Assim, desejamos dar foco a movimentos de auto-organização financeira de pessoas negras realizados em épocas passadas, como forma de apresentar caminhos possíveis para construir outra Educação Financeira escolar, que tenha o Antirracismo como aspecto central.

NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE

Durante a pesquisa de dissertação de mestrado da primeira autora, orientada pelo segundo autor, investigamos os movimentos de auto-organização financeira das pessoas negras ex-escravizadas através de uma revisão bibliográfica com textos historiográficos que nos aproximaram dos processos financeiros presentes nesse contexto (Purificação, 2022). Tal aproximação foi importante para entendermos como essas pessoas realizaram

mobilizações de resistência para angariar pecúlio – no popular: *pé-de-meia*, uma quantia guardada por alguém com objetivo de fazer algo – com o intuito de se alforriar.

É importante dizer que essas aspirações para a investigação no curso de mestrado surgiram quando a primeira autora deste artigo leu o livro *Um defeito de cor* da escritora Ana Maria Gonçalves (2017) e se deparou com a emocionante narrativa de Kehinde, uma mulher-escravizada que na trama se tornou quituteira. Nesse processo, conseguiu juntar a quantia necessária para se alforriar e, em seguida, se tornou comerciante. A narrativa de Gonçalves (2017) mistura aspectos verídicos que atravessaram a história do Brasil com uma ficção criada pela escritora, o que deixa o(a) leitor(a) com dúvida sobre onde começa e termina a realidade. Aqui, visamos, a partir de alguns fatos narrados pela historiografia e presentes em nossa pesquisa de mestrado, propor um caminho real para uma Educação Financeira Antirracista.

Nossas hipóteses, partem da compreensão de que: (i) como as pessoas negras tiveram parte da história de luta e resistência apagada pela colonialidade, o legado de organização financeira de ex-escravizados foi invisibilizado; (ii) seus descendentes, sem o acesso a essa memória histórica, construíram o imaginário das suas identidades em um lugar de inferioridade social, inclusive financeira. O percurso metodológico que utilizamos na construção da revisão bibliográfica se deu de maneira inspirada ao método “Bola de Neve” (Bogdan; Biklen, 1994), pois, na verdade, cada leitura foi direcionando a leitura seguinte acerca da temática. Das leituras que nos aproximamos, apresentaremos aqui três delas.

O primeiro, de Bárbara Primo (2010), apresentou em sua dissertação de mestrado, intitulada *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey: Séculos XVIII e XIX*, como mulheres negras, as quais se alforriaram no período da escravatura, se dedicaram à atividade comercial e deixaram heranças para seus descendentes.

Apesar das adversidades e dos vários preconceitos que sofriam, os testamentos e inventários mostram que estas mulheres superaram os entraves e, mesmo mantendo os estigmas, conseguiram enriquecer numa sociedade extremamente hierárquica e elitista. Andando ataviadas de jóias, vestindo sedas e acompanhadas de seus séquitos de escravos, estas mulheres negras chocavam e burlavam a ordem vigente. Nesta sociedade onde a aparência é definidora do ser, elas souberam se apropriar dos signos e símbolos necessários para se distinguirem dos demais. Através da cultura material pode-se reconstituir o cotidiano destas mulheres e sua inserção na sociedade. Por meio das jóias e adornos percebemos crenças e vislumbramos rituais ocultos, referência africanas sufocadas em meio a uma religião imposta; percebemos o gosto pelo luxo, pela beleza, pela sedução; percebemos estratégias de ascensão social, entesouramento, sistemas de crédito. (Primo, 2010, p. 54-55)

O segundo trabalho, de Vilmaria Teixeira (2006), apresentou o estudo intitulado *Negras Senhoras: o universo material das mulheres africanas forras*, com um recorte sobre a comarca do Rio das Mortes, localidade importante da capitania de Minas Gerais, que tinha grande atividade mercantil e produção agrária no Brasil Colônia. E diante disso, situa como algumas mulheres, apesar de poucas, “conseguiram ascender economicamente através da comercialização de gêneros alimentícios” (p. 2). Ela retrata sobre como na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, a presença de mulheres forras era marcante:

Na Idade do Ouro, nas Minas Gerais, esta presença não ocorreu em menores proporções, escondidas atrás de designações como “Negras de tabuleiro”, essas mulheres circulavam nos centros urbanos mineiros com seus apetitosos quitutes. É muito sugestivo a presença de bacias, tachos, tabuleiros, chcolateiras, fômas, balanças e outros utensílios utilizados na fabricação e venda de quitutes, registrados nos inventários das africanas forras de nossa pesquisa. (Teixeira, 2006, p. 36)

A presença dessas mulheres incomodava principalmente os proprietários de escravizados, uma vez que “elas eram freqüentemente acusadas de desvio de jornais, pois consumindo os quitutes e aguardentes vendidos pelas negras, os escravos debilitavam o volume do ouro recolhido.” (Teixeira, 2006, p. 37).

O terceiro trabalho, de Keila Grinberg (2011), aborda sobre a relação da Caixa Econômica Federal com os escravizados durante o final do século XIX, no trabalho intitulado *A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX)*. Ela traz um panorama sobre o contexto do surgimento deste Banco, que quando foi criado em 1860, já fazia dez anos da extinção do tráfico de africanos que eram escravizados, o que necessariamente não findou a escravização no Brasil. Mas que esse Banco tinha sido “designado para receber as pequenas economias das classes menos abastadas” (Grinberg, 2011, p.140). Sendo uma centralização do governo imperial, a qual inspirada nos modelos de bancos (privados) já realizados na Grã-Bretanha e nos EUA. Contudo, no início as pessoas tinham mais bens para penhorar do que para guardar e realizavam empréstimos de grandes quantias que poderiam ser pagas com jóias e bens materiais. Só depois da crise financeira de 1864 que os investimentos na Caixa Econômica aumentaram. Além disso, o perfil dos investidores mudou, pois:

A Lei do Ventre Livre, e de seu regulamento de 1872, de efetivação de depósitos por escravos, que, a partir de então, também estavam autorizados a acumular pecúlio. Uma das grandes novidades da Lei do Ventre Livre foi o reconhecimento do direito do escravo de formar pecúlio. Sua propriedade tanto poderia ser advinda de heranças e doações como fruto de seu próprio trabalho, desde que com o aval de seu senhor. (Grinberg, 2011, p. 143)

Contudo, justamente para garantir que continuasse existindo a centralidade do poder dos senhores pelos escravizados, algumas interdições e proibições de poupanças de escravizados na Caixa Econômica passaram a existir. É importante dizer também que, ainda que alguns conseguissem guardar dinheiro nessas poupanças, comprar suas alforrias não era algo simples, pois além de ser algo caro, não bastava ter o dinheiro, uma vez que existiam as alforrias condicionadas, por exemplo. Também segundo Grinberg (2011), alguns escravizados optaram por guardar o dinheiro na poupança do banco, pois entendiam que era “mais seguro do que deixar o dinheiro com seu senhor, que podia simplesmente um dia dizer que nunca havia recebido nada. Ou, ainda, seu senhor podia morrer, sem que seus herdeiros reconhecessem a existência de qualquer acordo prévio.” (p. 149).

As análises e considerações mais detalhadas dos três trabalhos destacados aqui podem ser acessadas na dissertação de mestrado da primeira autora (Purificação, 2022), assim como algumas movimentações de auto-organização financeira de pessoas negras na contemporaneidade. Nosso intuito nesta seção, como já revelado, é de visibilizar movimentos de pessoas negras que podem ser inspiradores para uma abordagem antirracista da Educação Financeira. Assim, não podemos esquecer que muitos negros e negras juntaram seus pecúlios através de outras ações, como a junta de alforrias, as irmandades e as associações negras, que existiam paralelamente à existência dos Bancos e, em alguns casos, mostrando-se até mais eficientes para o propósito dos escravizados.

CONSIDERAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA ANTIRRACISTA

Quando marcamos o título da seção anterior dizendo que “nossos passos vêm de longe”, propomos pensar que essas histórias do passado, mesmo que sem conexões diretas com fazeres matemáticos e financeiros da atualidade, podem ser observadas com similitudes aos movimentos contemporâneos de auto-organização financeira de pessoas negras, ver Purificação (2022). Isto é, o modo como as pessoas negras se organizavam no período da colonização pode guardar semelhanças com a forma com que os negros e negras se organizam financeiramente nas periferias brasileiras do século XXI, em busca por melhores condições de vidas. Embora sejam mobilizações diferentes e distantes, por serem de épocas e contextos também distintos, podem ser inspiradores de uma *Educação Financeira Antirracista*. Mas o que queremos dizer com isso?

Com o intuito de promover a igualdade e a justiça social, ao considerarmos os movimentos de auto-organização financeira de pessoas negras ex-escravizadas, destacamos a importância da valorização da história e das experiências desse grupo na construção de estratégias financeiras inclusivas e empoderadoras para as pessoas negras e periféricas. Esses movimentos históricos de resistência e superação, como as destacadas neste artigo, são exemplos concretos do esforço de comunidades negras para alcançar autonomia econômica e romper com um sistema que historicamente as exclui. Assim, ao abordar a Educação Financeira sob uma perspectiva antirracista, é essencial reconhecer e valorizar as práticas de cooperação e ação comunitária presentes nesses movimentos. Além disso, é preciso desconstruir estereótipos e preconceitos que impactam diretamente as oportunidades de acesso ao mercado financeiro e ao crédito para pessoas negras. Mas como promover isso no contexto do ensino de matemática na escola?

O ponto de partida que colocamos para a promoção de uma Educação Financeira Antirracista na escola está na consideração de aspectos provenientes das vidas dos estudantes, principalmente de estudantes negros e negras, maioria numérica da população brasileira. Dessa forma, o currículo de matemática pode ser construído sob uma perspectiva que direcione o ensino da matemática para ser designado também como ferramenta para o enfrentamento ao racismo, sobretudo contribuindo para que o imaginário que se tem sobre pessoas negras seja ressignificado. Por exemplo, abordar aspectos sobre a organização econômica realizada pelas pessoas negras através das irmandades contribui para reforçar a ideia da construção da imagem sobre a identidade da história negra brasileira, composta pela coletividade e resistência frente às mazelas históricas.

Além disso, trabalhos que promovem a Educação Financeira, a partir de contribuições da Educação Matemática Crítica – configurando-se, inclusive, em novo arcabouço teórico denominado Educação Financeira Crítica –, são muito importantes para referenciar, pautar e ressignificar o ensino de matemática deste conteúdo na escola, como, por exemplo, os trabalhos de Rosa e Costa (2023) e de Campos e Kistemann (2016). Porém, tais propostas e iniciativas não incluem, necessariamente, elementos e discussões étnico-raciais. Por este motivo, torna-se essencial a produção sistematizada sobre uma Educação Financeira Antirracista em periódicos acadêmicos e em materiais didáticos ou ainda em

meios de divulgação científica, como vídeos⁴ e textos disponibilizado em redes sociais e palestras⁵ realizadas em universidades e escolas.

Compreendemos que a realização, no contexto escolar, das ações destacadas aqui pode, a médio ou longo prazo, estimular a promoção da equidade racial no contexto financeiro. Tal promoção deve se dar através do reconhecimento da dívida histórica com a população negra e, conseqüentemente, com a implementação de políticas, não só públicas, que incentivem a inclusão, a diversidade e a representatividade em espaços de decisão e atuação econômica, isto é, em espaços de poder do sistema capitalista vigente. Com isso, outro currículo de Educação Financeira é urgente e as abordagens antirracistas realizadas aqui associadas aos trabalhos emergentes da Educação Financeira Crítica são essenciais para esta mudança de rumo. Afinal, mais do que escolher “qual a opção de compra mais vantajosa” através de fórmulas e cálculos de juros simples ou compostos, devemos estimular, em aulas de matemática sobre aspectos financeiros, reflexões críticas sobre organização financeira familiar, projetos de vida, coletividade, consumo e acúmulo.

Por fim, a discussão apresentada aqui é apenas um caminho possível para tensionar e causar reflexões sobre as questões étnico-raciais na Educação Financeira, outros tantos são possíveis e desejáveis, sobretudo valorizando o que os movimentos negros já têm feito historicamente. Assim, finalizamos este artigo deixando algumas questões que podem ser motivadoras para pesquisas futuras: *Como os saberes afro-brasileiros relativos às questões financeiras vêm sendo discutidos na sala de aula de matemática?; Como as pesquisas na área da História da Educação podem contribuir para a visibilização de ações de auto-organização financeira, como as que destacamos aqui?; e Como o imaginário de democracia racial interfere na relação educador(a)-estudante, hierarquizando fenotipicamente os sujeitos envolvidos em contextos econômicos e financeiros?*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

⁴ Um exemplo de produção neste sentido pode ser verificado em vídeo produzido pela primeira autora. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=c4QYYJPIDME>. Acessado em 31 mai. 2024.

⁵ Outro exemplo de produção pode ser verificado com o conteúdo da palestra ministrada pela primeira autora. Disponível em <https://dalicenca.uff.br/2023/11/18/esta-no-ar-reflexoes-sobre-educacao-financeira-uma-perspectiva-antirracista/> Acessado em 31 mai. 2024.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. 1a ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo**. Bauru: EDUSC, 1998.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (org.) **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BORBA, Marcelo de Carvalho; SKOVSMOSE, Ole. **A ideologia da certeza em educação matemática**. SKOVSMOSE, O. Educação matemática crítica: a questão da democracia, v. 3, 2001.
- BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.
- BRITTO, Reginaldo KISTEMANN JR, Marco; SILVA, Amarildo. Sobre discursos e estratégias em Educação Financeira. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 7, n. 1, 2014.
- CAMPOS, André; KISTEMANN, Marco. Uma proposta de Educação Financeira com Jovens- Indivíduos- Consumidores (JIC’ S). **BoEM**, Joinville, v.4. n.7, p. 211-233, ago./dez. 2016
- CARDOSO, Lourenço. O branco-objeto: O movimento negro situando a branquitude. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 13, n. 1, 2011.
- CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **cadernos pagu**, p. 247-290, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/qRmTmwBC9b7KPpYkWFv5YXG/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 15 de ago. de 2021
- DUARTE, Claudia Glavam. Problematizando a neutralidade e universalidade do conhecimento matemático. Revista Trajetórias Multidisciplinares.–Ed. Esp. **XVI Fórum Internacional de Educação**–ano, v. 3, p. 141.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1a ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Editora Record, 2017.
- GRINBERG, Keila. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2.ª metade do século XIX). **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, p. 137-158, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial. **Cadernos Penesb**, Niterói, v. 4, p. 33-60, 2002. Disponível em:

<<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st20-3/4678-aguimaraes-democracia/file>>. Acesso em: 15 de ago. de 2021

HALL, Stuart. “**Que ‘negro’ é esse na cultura negra?**”. In: HALL, S. Da diáspora. *Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 20 set de 2021.

LISBOA, Vinícius. CNC: percentual de famílias com dívidas chega a 72,9%. **Agência Nacional**, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/cnc-percentual-de-familias-com-dividas-chega-729>>. Acesso em: 20 set. de 2021.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Professores: entre saberes e práticas. **Educação & Sociedade**, v. 22, p. 121-142, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Cristiane Coppe de. Educação e Educação Matemática para as relações étnico-raciais: iniciando um estudo a partir dos Anais do ENEM (2007-2013). **Matemática en las**, p. 88, 2015.

PEREIRA, Amílcar. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

PRIMO, Bárbara. **Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey: séculos XVIII e XIX**. Tese (Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2010.

PURIFICAÇÃO, Tamires Torres da. **Educação Financeira numa perspectiva Antirracista: interpellando projetos hegemônicos de poder a partir de movimentos de auto-organização financeira negra**. 2022. 172f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática) – Instituto de Matemática. UFRJ, Rio de Janeiro. 2022. Disponível em: https://pemat.im.ufrj.br/images/Documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2022/MSc_12_2_Tamires_Torres_da_Purificacao.pdf. Acesso em: 26, mai. 2024.

REIS, Washigton Silva. **Os currículos da formação inicial de professores de matemática frente às relações étnico-raciais: um olhar para o Centro-Oeste brasileiro**. 2024.100f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática)– Instituto de Matemática. UFRJ, Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: <https://pemat.im.ufrj.br/index.php/pt/producao-cientifica/dissertacoes/112-2024/417-os-curriculos-da-formacao-inicial-de-professores-de-matematica-frente-as-relacoes-etnico-raciais-um-olhar-para-o-centro-oeste-brasileiro>. Acesso em: 31, mai. 2024

ROSA, Robson Luiz da Costa; COSTA, Christine Sertã. A Matemática Crítica e a Educação Financeira: compreender, analisar e tomar decisão. **Revista de Educação Matemática**, [s. l.], v. 20, n. 01, 2023. Disponível em: <http://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/3>. Acesso em: 31 mai. 2024.

SAKAMOTO, Leonardo. Racismo estrutural: Desemprego entre negros é maior que a média nacional. **Geledés**, 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-estrutural-desemprego-entre-negros-e-maior-que-a-media-nacional/?gclid=Cj0KCQjwqKuKBhCxAARIsACf4XuGxw6k8gxOFvvIgQ2IOQDPBKppbx7trrc1M7Ms5LqsZc822OuxXPOcaAit5EALw_wcB>. Acesso em: 20 de set. de 2021.

SARAIVA, Karla. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educar em Revista**, n. 66, p. 157-173, 2017.

SKOVSMOSE, Ole; VALERO, Paola. Quebrando a neutralidade política: o compromisso crítico entre a educação e a democracia. **Quadrante**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 7–28, 2002.

TEIXEIRA, Vilmaria. **NEGRAS SENHORAS: As mulheres africanas forras e sua inserção sócio-econômica na comarca do Rio das Mortes (1750-1810)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

VAINER, Carlos. **Estado e Raça no Brasil**. Notas exploratórias. Estudos Afro – Asiáticos. nº 18, 1990.